

arqa102

ARQUITETURA E ARTE

mai|jun 2012 | €11,00

Portugal Turístico

Promontório
Atelier Bugio
Cannatà & Fernandes
Carrilho da Graça
Inês Lobo
SPBR
AND-RÉ

Paulo Martins Barata
Luís Tavares Pereira
Ricardo Camacho
Madalena Cunha Matos
Pedro Barreto
Fernando S. Salvador + Margarida G. Nunes
Matilde Seabra
CasaGranturismo
Guimarães 2012



ISSN: 1647-077X



25/5/2012

ÍNDICE materias

Os artigos assinados são da inteira
responsabilidade dos autores



PROMONTÓRIO - LAND VINEYARDS HOTEL

Foto: FG+SG

Indoors

003 Cozinhas

News

012 Atualidades e agenda

Editorial

020 Luís Santiago Baptista - *Portugal Turístico*

Entrevistas

022 Portugal Turístico: Perspetivas Críticas - *Paulo M. Barata, Luís T. Pereira, Ricardo Camacho, Madalena C. Matos, Pedro Barreto, Cannatà & Fernandes, Fernando S. Salvador+Margarida G. Nunes, Matilde Seabra*

Projetos

040 Biografias

042 Promontório - *L'And Vineyards Hotel e Townhouses, Montemor-o-Novo*

054 Atelier Bugio - *Hotel Spa Porto Santo, Madeira*

060 Cannatà & Fernandes - *Recuperação e Remodelação Pousada de Picote, Miranda Do Douro*

068 Carrilho da Graça - *Habitações na Quinta do Bom Sucesso, Óbidos*

076 Inês Lobo - *18 Habitações em banda na Quinta do Bom Sucesso, Óbidos*

084 SPBR - *Edifício Laranjeiras, Silves*

092 AND-RÉ - *Intervenção na Av. João Meireles, Vilamoura*

096 Promontório - *Casino de Tróia, Grândola*

Investigações

102 João Nuno Marques - *Turismo, Estetização e Autenticidade*

Crítica

106 Gonçalo Furtado e Rosa Macedo - *Das paisagens de silicone à intracidade*

Design

110 Carla Carbone - *Água de Prata - João Bruno Videira*

Artes

114 David Santos - *Invasões Contemporâneas: Arte no Bicentenário das Linhas de Torres*

118 Sandra Vieira Jürgens - *Estado dos museus: Sucessos e fracassos do turismo cultural*

Fotografia

122 Fernando Guerra - *FG+SG: Mosteiro Santa Clara-a-Velha, Coimbra*

Dossier

123 1 - Casa Granturismo

131 2 - Guimarães 2012

Livros

139 Mário Chaves

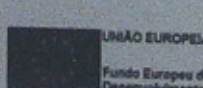
Marketing

140 Nuno Viana - *Conversa com Peter Eisenman: Palavras e Ideias de Arquitetura*

Materiais

146 Materiais fornecidos pelas marcas

Apoio:



Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

Propriedade:

Futurmagazine

Sociedade Editora, Lda

R. Alfredo Guisado, 39 - 1500-030 LISBOA
Telefone: 217 703 000 (geral)
217 783 504/05 (diretos) Fax: 217 742 030
futurmagazine@gmail.com

Diretor Geral
Edmundo Tenreiro
etenreiro@revarqa.com

arqa

ARQUITETURA E AR
www.revarqa.com - futurmagazine@gmail.com

Diretor
Luís Santiago Baptista
lsbaptista@revarqa.com

Redação

Paula Melâneo (Coordenação)
apmelaneo@gmail.com
Baptista-Bastos (Opinião),
Bárbara Coutinho (Design), Carla Carbone (De
David Santos (Artes), Gonçalo Furtado (Crític
Margarida Ventosa (Geração Z)
Mário Chaves (Livros), Nádja R. Bento (Tradu
Sandra Vieira Jürgens (Artes)

Paginação e Imagem
Raquel Caetano
Bruno Marcelino (desenhos)

Edição Digital
Ricardo Cardoso

Comunicação e Marketing
Maria Rodrigues (Diretora) mrodrigues@revarqa.com
Carmen Figueiredo - cfigueiredo@revarqa.com

Publicidade - PORTUGAL
Tel. +351 217 783 504
Fax +351 217 742 030
futurmagazine@gmail.com

Publicidade - BRASIL
Jorge S. Silva
Tel. +55 48 3237 - 9201
Cel. +55 48 9967 - 4699
jssilva@matrix.com.br

Impressão
OffsetMais - Artes Gráficas, S.A.
Rua Latino Coelho, nº 6 - Venda Nova
2700-516 Amadora

Distribuição
Logista Portugal
Área Ind. Passil, It 1-A, Palhavã
2894-002 Alcochete

Tiragem
10.000 Exemplares

Periodicidade
Bimestral

ISSN: 1647-077X

ICS: 124055

Depósito Legal: 151722/00

Das paisagens de silicone à intracidade

A ação reguladora da arquitetura no turismo

GONÇALO FURTADO | ROSA MACEDO

A postura contemporânea face à emergente consciencialização do papel do turismo como motor de desenvolvimento da economia local, perfaz com que sejam implementadas estratégias que visam na sua essência, a captação da atenção dos visitantes. Por um lado através do reforço de imagens que (re)valorizam a identidade local, ou simplesmente enfatizam realidades que, apesar de não serem locais, detêm uma capacidade atrativa considerável, por outro lado através da definição de programas lúdicos e roteiros urbanos, como forma de aproximarem a população visitante ao local visitado e, ainda, pela localização estratégica de elementos que permitem, de forma concentrada, gerar uma diversidade de atividades em curto espaço de tempo. Tais aspetos determinam que se construam, estrategicamente, paisagens de silicone, onde a intracidade, caracterizada pela sua riqueza arquitetónica, se apresenta pouco relevada. Assim, a ação da arquitetura em centros históricos torna-se um fator de regulação da qualidade turística nacional, preservação de identidade e memória local e de reestruturação do falso equilíbrio contemporâneo entre a dimensão global e local, face aos regulamentos de reabilitação urbana vigentes.

1. Turismo, das origens à contemporaneidade.

1.1. Global. A análise à história do Turismo, desde as suas origens até à contemporaneidade, é definida, por vários autores, segundo três momentos temporais distintos, Idade Clássica (primórdios - 1ª metade do séc. XVIII), Idade Moderna (séc. XVIII - séc. XIX) e Idade Contemporânea (séc. XX - nossos dias).¹ Ainda que o século XIV marque o início da afirmação dos guias de viagens, no período da Idade Clássica, o conceito inicial de turismo era definido pela existência de deslocamento populacional, maioritariamente, por motivos religiosos, comerciais, políticos, de ensino ou de saúde.

O período da Idade Moderna compreende o conjunto de mudanças ocorridas em meados do século XVIII até século XIX, a nível tecnológico, económico, social, cultural, industrial, científico, desenvolvimento das infraestruturas e das várias tentativas de conceptualização de turismo. Tais fatores determinaram o surgir das Grande Tour pela Europa, dos guias de viagem europeus, do conceito de Turismo organizado, com a criação da agência de viagens Thomas Cook & Son, da primeira volta ao mundo, em 1872, e pela primeira tentativa, em 1911, por parte do economista austríaco Hermann Schattenhofen, onde define turismo como sendo "um conceito que compreende todos os processos, especialmente os económicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado".² A postura de Hermann desencadeou o surgimento da fase moderna dos estudos sobre o turismo, com origem na Alemanha, mais precisamente na "escola berlinesa": em 1929, com os esforços de Robert Glücksmann que entende o turismo como "superação do espaço por pessoas que afluem a um lugar onde não possuem residência fixa"; de Schwink onde turismo é o "movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar de residência permanente por qualquer motivo relacionado com o espírito, o corpo e a profissão"; em 1930, de Artur Borman que define turismo como sendo um "conjunto de viagens cujo objetivo é o prazer, motivos comerciais ou profissionais, e durante os quais a ausência da residência é temporária"; no mesmo ano, de Josef Stradner ao

perceber a presença do componente renda ou status como fator determinante no turismo, define-o como sendo o "tráfego de viajantes de luxo que visitam lugares fora de residência fixa e procuram a satisfação de uma necessidade de luxo"; da mesma forma de Morgenroth que define turismo como sendo o "tráfego de pessoas que se afastam temporariamente do seu lugar fixo de residência para deter-se em outro local com o objetivo de satisfazer suas necessidades vitais e de cultura ou para realizar desejos de diversas índoles, unicamente como consumidores de seus próprios bens económicos e vitais"; e, em 1933, de Will Benscheidt que define turismo como "o conjunto de relações pacíficas e esporádicas entre viajantes que visitam um local por motivos não profissionais e os naturais deste lugar".³ Para além do conjunto de definições determinadas por personagens da escola berlinesa, salientamos a definição de Lesczyck, pertencente à escola polonesa, que considerava o turismo como sendo um movimento "no qual participam os que durante um certo tempo residem num certo lugar, como estrangeiros ou forasteiros e sem carácter lucrativo, oficial (de serviço) ou militar".⁴

O período da Idade Contemporânea, compreendido dos inícios no século XX até a atualidade, é caracterizado por uma prosperidade turística. A implementação do princípio das férias pagas, o alargamento da prática turística de elite para o turismo de massas e a criação de organismos nacionais e internacionais destinados a promover o turismo determinavam o seu momento de expansão nacional. Dos meados do século XX até à atualidade, pode-se determinar a existência de três momentos distintos desde o surgir do fenómeno turístico à sua consolidação na atualidade.⁵ O primeiro momento situado entre 1945 e 1975, caracteriza-se pela época do pós 2ª Guerra Mundial e dos "3s: Sun, Sea and Sand", onde era possível presenciar a "necessidade de evasão aos meios de forma a compensar os desequilíbrios psicológicos ligados à vida profissional; da necessidade de diversificação e diferenciais; do desenvolvimento do fenómeno do turismo de massas; e do desenvolvimento rápido das viagens aéreas e terrestres". No segundo momento, compreendido entre 1975 e 1990, presencia-se o acentuar dos diferentes níveis de vida, entre os países em vias de desenvolvimento e os industrializados, através da multiplicação dos equipamentos desportivos e de animação, e pela redefinição de conceitos nomeadamente na substituição do desenvolvimento espontâneo, pelo planeado, da dimensão económica pela política, social, cultural e ambiental, das férias passivas para férias ativas, da degradação do ambiente para a proteção do ambiente (edificado, natural, cultural), e pelo reafirmar do conceito de viagens temáticas. A partir de 1990, os acontecimentos que se faziam sentir na sociedade e na economia previam até à atualidade um conjunto de alterações profundas nas relações económicas internacionais. Caracteriza-se como sendo um período de tempo marcado por novos produtos, relações empresariais transacionais e pela afirmação da dimensão global/universal nas sociedades e territórios edificados contemporâneos.

1.2. Local. Voltado o foco para território nacional verifica-se que, segundo a opinião de diversos autores, o fenómeno do turismo compreendeu quatro etapas fundamentais, desde a sua criação até a sua posição contemporânea.⁶ Começamos por acentuar que, à semelhança da restante Europa, o fenómeno



do turismo, como prática institucionalizada, teve os seus inícios em 1906 com a criação da Sociedade de Propaganda de Portugal e da Repartição do Turismo, uma sociedade de iniciativa privada, cujos objetivos de promoção se estabeleciam a nível interno (em estâncias termais) e internacional (Madeira e Lisboa), através da criação de comissões de iniciativa. O período de 1906 a 1945, a primeira etapa do turismo nacional, caracteriza-se pelas institucionalizações de organizações oficiais de promoção turística. Precedente à criação da Sociedade de Propaganda em 1906, o ano de 1911 caracterizou-se pela criação da primeira organização oficial de turismo. O ano de 1920 viria a marcar um dos primeiros momentos de valorização da arquitetura urbana, por parte da ação do turismo, quando a Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP) determinava como objetivos a organização e divulgação do inventário de todos os monumentos, riquezas artísticas, curiosidades e lugares pitorescos do país,⁷ de onde se verificou a posterior entrada, em 1930, de 76 mil estrangeiros (aínda que posteriormente este número de entradas viria a sofrer uma quebra pela ação da II Guerra Mundial e da Guerra Civil Espanhola em 1936).

Nesta segunda etapa, de 1950 a 1963, verificou-se um retroceder no turismo nacional, por um lado caracterizado pela incapacidade de Portugal em acompanhar o ritmo de desenvolvimento turístico Europeu, em resposta às necessidades contemporâneas da sociedade, e pela incapaz concientização de que a política do turismo deveria ser concebida segundo uma abordagem horizontal, não podendo depender apenas de um setor de desenvolvimento. Assim, em 1956 são criados, o Fundo de Turismo, cuja finalidade era a de assegurar o fomento do turismo, e a Lei de Base do Turismo, Lei 2082 de 4 de Junho de 1956, a qual foi regulamentada, no que concerne às regiões de turismo, no Decreto Lei 1035, de 20 de Março de 1957, onde era da responsabilidade do Estado, por intermédio dos órgãos centrais em colaboração com os locais, a promoção da expansão do turismo nacional.

A terceira etapa compreende o verdadeiro desenvolvimento do turismo

Português, compreendido entre 1964 e 1973, onde se verifica a recuperação e consolidação económica do país, onde se ultrapassou pela primeira vez o milhão de entradas de turistas, cativados por fatores como a localização geográfica, as condições climatéricas, os preços praticados, e o surgir de grandes empreendimentos turísticos (Algarve, Madeira e Tróia). Fortemente dependente dos três principais mercados externos, Reino Unido, França e E.U.A., o turismo nacional presenciava uma grande concentração de visitantes no distrito de Lisboa, porém, apesar da aparente preocupação no desenvolvimento turístico do país, ao desejar uma oferta equilibrada, a verdade é que a construção dos meios de alojamento, equipamentos de animação, ocupação dos tempos livres, e proteção dos espaços envolventes, não acompanhou tal objetivo. Assim, de forma a contrariar o sentimento de oposição, foi importante a afirmação do III Plano de Fomento, uma vez que viria a determinar e defender a qualidade e identidade do Turismo nacional, ao promover a formação profissional e a expansão do turismo interno, a conservação de zonas florestais, edifícios e monumentos nacionais, e pela recuperação de termas.

No último período, compreendido de 1974 até a atualidade, verifica-se que o desenvolvimento do turismo se afirmava cada vez mais como um elemento de relevo na economia nacional. Apesar dos anos setenta terem sido marcados pela grande afluência e fixação em equipamentos hoteleiros de um grande número de desalojados provenientes das ex-colónias, entre os anos oitenta e noventa, Portugal registou, a nível europeu, as mais elevadas taxas de crescimento, determinadas pelo retomar da forte afluência de turistas em território nacional. Porém, a exagerada retoma turística desenvolveu o espírito do lucro fácil, a afirmação de vulnerabilidades residentes nas excessivas concentrações em termos do mercado de origem com a sobreocupação da faixa litoral e concentração de atrativos, a inadequação de infraestruturas, e o consequente desordenamento e desaproveitamento dos espaços. Tais aspetos determinaram o lançamento do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), "uma iniciativa do Governo, da responsabilidade do



Ministério da Economia e da Inovação, para servir de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional, nos próximos anos, e orientar a atividade do Turismo de Portugal".⁸

Relativamente aos propósitos do Plano Estratégico interessa realçar que uma das principais preocupações se debruça sobre a qualidade urbana, ambiental e paisagística, como componentes fundamentais do produto turístico de qualificação e valorização do destino de Portugal, fatores que impulsionaram a necessária criação e implementação das Zonas Turísticas de Interesse (ZTIs), que compreendem os centros históricos e fronteiriços, e os polos de desenvolvimento turístico.

2. Regular o desenvolvimento urbano face às ações do turismo.

Os espaços urbanos, que compreendem os centros históricos, perfazem o grupo de territórios com importância turística em Portugal, tanto os que se situam no interior do país, como os que se situam no litoral. Tal relevo deve-se ao facto de estes espaços compreenderem a génese identitária nacional, através do conjunto de elementos vivenciais, sociais e construtivos, detentores de uma riqueza inigualável e peculiar, apelativos aos olhares dos visitantes. Concretamente às práticas de promoção territorial dos centros históricos nacionais, verifica-se que o *modus operandi* encontra-se de certo modo institucionalizado globalmente, desde os inícios dos anos 80. É cada vez mais significativa a relação que o fenómeno da reabilitação urbana estabelece com a promoção turística. Os centros históricos após terem sido alvo de um abandono social significativo, face à presença competitiva das periferias urbanas, têm-se assumido como palco contemporâneo de experimentações através da formalização e implementação de programas funcionais distintos dos originários do local, de especulação imobiliária, cujo intuito é apenas o de (re)ocupar os edifícios abandonados, e através da reabilitação salvaguardar, ainda que aparentemente o património territorial e a sua identidade. Tais experimentações, ao procurarem um equilíbrio entre os aspetos globais e locais, estão a supor uma subordinação do local aos imperativos do global. Daí que, como refere Choay, torna-se necessário redefinir o posicionamento do conceito de património territorial, a partir do reconhecimento das singularidades territoriais, permitindo "mostrar como a desterritorialização

tende a eliminar o conjunto das riquezas patrimoniais, que estão em jogo durante a longa duração do processo de antropização (...)",⁹ considerando a necessária estratégia alternativa ao desenvolvimento global, a valorização e afirmação territorial do que é local.

Desta forma, a implementação de um qualquer gesto de (re)criação da notoriedade de um território consolidado, como são os centros históricos, injetando contemporaneidade na sua génese histórica, requer que a atenção se debruce, como refere Morisset, fundamentalmente sobre três dimensões de análise, "a compreensão da arquitetura ou lugar e o seu contexto, conteúdo e o significado de onde está inserido, [preservação do recurso, do lugar ou da arquitetura, através da] avaliação da(s) sua(s) fragilidade(s), da sua capacidade de carga, da sua capacidade de ser turistificável e de ser absorvida por um processo de culturalização, das ferramentas de proteção, ou seja, das legislações vigentes em diferentes níveis e das técnicas e tecnologias utilizadas [e da interpretação do recurso, da valorização] do cunho interpretativo e das diferentes técnicas de interpretação disponíveis: oral, multimídia, cartazes ou murais, incluindo aqui a própria arquitetura".¹⁰ Respetivamente ao domínio da legislação vigente, observamos que o instrumento primordial na reabilitação urbana, se concentra no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU). Este documento jurídico compreende os aspetos que de certa forma seguem o objetivo do necessário encontro de soluções para os cinco desafios que atualmente são colocados à reabilitação urbana, sendo eles: "Articular o dever de reabilitação dos edifícios que incumbe aos privados com a responsabilidade pública de qualificar e modernizar o espaço, os equipamentos e as infraestruturas das áreas urbanas a reabilitar; Garantir a complementaridade e coordenação entre os diversos atores, concentrando recursos em operações integradas de reabilitação nas áreas de reabilitação urbana, cuja delimitação incumbe aos municípios e nas quais se intensificam os apoios fiscais e financeiros; Diversificar os modelos de gestão das intervenções de reabilitação urbana, abrindo novas possibilidades de intervenção dos proprietários e outros parceiros privados; Criar mecanismos que permitam agilizar os procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas de reabilitação; Desenvolver novos instrumentos que permitam equilibrar os

direitos dos proprietários com a necessidade de remover os obstáculos à reabilitação associados à estrutura de propriedade nestas áreas".¹¹ Apesar do carácter disperso e assistemático do atual panorama, legislativo e operativo, da reabilitação urbana, corresponde sobretudo a sua ação às Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU), contidas no Decreto-Lei nº104/2004, de 7 de maio, e às áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística (ACRRU) reguladas no capítulo XI da Lei dos Solos, aprovada pelo Decreto-Lei nº794/76, de 5 de novembro. Importa referir que, da análise ao Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, se salienta a existência de uma especial atenção e relevo conferidos à integração e coordenação da intervenção, ao valorizar a necessidade de se atingirem soluções coerentes entre os aspetos funcionais, económicos, sociais, culturais e ambientais das áreas a reabilitar¹², que, segundo Cabrita, Aguiar e Appleton, podem ser entendidos como "toda a série de ações empreendidas com vista à recuperação e à beneficiação de um edifício, tornando-o apto para o seu uso atual (...) melhorando o seu desempenho funcional e tornando esses edifícios aptos para a sua mais completa atualizada reutilização".¹³ Ao processo de reabilitação territorial é-lhe conferido o fator de constante desenvolvimento turístico atrativo, cujo ciclo de vida se encontra implicitamente ligado aos processos de requalificação ou reabilitação dos lugares. Porém, de forma a definir-se um conjunto de interesse, apesar do desenvolvimento turístico atrativo estar intimamente ligado ao processo de reabilitação, para o necessário desenvolvimento turístico, às práticas de reabilitação tem que se associar a componente da valorização paisagística, como é referido, por exemplo, na Carta da Paisagem do Quebec, de 2000, onde "a paisagem é muito mais do que as características visíveis de um território, assim a sua definição deve ser ampliada para englobar as interações entre os indivíduos, suas atividades e o meio-ambiente".¹⁴ Tal dimensão apenas se torna possível se forem contrariados os fatores que atualmente são decisivos para uma acelerada degradação contemporânea dos espaços reabilitados, como sendo, a "inexistência de adequados planos de urbanização, de pormenor ou de instrumentos de programação que enquadrem as preocupações de proteção do património cultural e do património edificado num quadro normativo mais amplo; a falta de coerência ou ausência de uma visão estratégica do planeamento urbano", a falta de apreensão dos centros históricos no seu todo, por parte do programa PROCOM e URBCOM; o facto de o gesto de reabilitar ser de custos mais elevados, em regra, aos das novas construções; "a incoerência da política de habitação, que não promoveu o mercado de arrendamento, mais ajustado à ocupação de zonas históricas"; e a ausência de critérios de localização de atividades, comerciais, prestação de serviços, determinado uma necessária deslocalização "de atividades tradicionalmente ligadas aos centros urbanos para zonas peri-urbanas, gerando novas centralidades desarticuladas entre si".¹⁵ O conjunto de aspetos acima referidos determinam o panorama desarticulado das práticas e estratégias de reabilitação que caracterizam as intervenções territoriais em centros históricos contemporâneos. Sem a clarificação do que determina o conjunto de princípios fundamentais para se reabilitar um espaço urbano, como os centros históricos, potenciadores de

desenvolvimento turístico das cidades, o resultado será o que atualmente é visível em maior escala, a criação de paisagens silicone, que tentam enfatizar a génese local aos visitantes, mas que apenas são aplicadas pontualmente no território, desprovidas de uma qualquer estratégia global, através da repetição construtiva de cenários idílicos edificados desarticulados, maioritariamente, da restante gramática urbana edificada, consolidada, pertencente à intracidade. É de salientar, que relativamente a esta vontade de entender a cidade como um todo, verifica-se a constituição do Decreto-Lei nº104/2004, designado de Regime excecional de reabilitação urbana, onde foi possível verificar a determinação das questões relativas à atuação na cidade de forma global, ao fazer referência a aspetos pertencentes, tanto ao planeamento ou programação da reabilitação urbana, como à execução dos ditames normativos, ou seja, um acompanhamento de todo o processo de reabilitação. No atual RJRU verifica-se que o legislador ao optar por designar um conceito de reabilitação mais global, não se restringindo às vertentes imobiliária ou patrimonial, permitiu que se considerasse a reabilitação como uma disciplina integrada, coordenada e dirigida das intervenções.¹⁶ Ou seja, o próprio gesto de reabilitar um espaço urbano, determina-se como sendo um elemento fundamental para a distinção da capacidade de uma cidade se tornar num atrativo turístico, onde aspetos como a memória, identidade espacial, perceção e relação com o espaço envolvente constituem os elementos de maior relevo estratégico.

Na dimensão atrativa, a arquitetura é um forte signo dentro da paisagem. Para além da sua dimensão construtiva, adaptada ao contexto em que se insere, ou então como elemento de exceção, também a sua dimensão sistémica de complexo de hospitalidade da população flutuante e da residente, determina-se como fator fundamental, na aplicação de estratégias que visam acima de tudo proporcionar qualidade de vida urbana e capacidade de revalorização dos espaços de centros históricos das cidades. ■

¹¹ Cf. Licínio A. A. Cunha, *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: McGraw Hill, 1997.

Acesso em: <http://pt.scribd.com/jayzbeez/d/10910877-Resumos-PGT>

¹² Ver Margarida Barreto, *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*, Campinas: Papirus Editora, 2003.

¹³ Ver José Vicente de Andrade, *Turismo: Fundamentos e Dimensões*, São Paulo: Ática, 1998.

¹⁴ Luiz Fernandes Fuster, *Teoría Y Técnica del Turismo*, Madrid: Nacional, 1974, p. 24.

¹⁵ Licínio A. A. Cunha, *Op Cit*.

¹⁶ Cf. P. Pina, *Portugal: o Turismo no Século XX*, Lisboa: Lucidus, 1988.

Acesso em: www.esgt.lpt.pt

¹⁷ Plano Estratégico Nacional do Turismo. Acesso em: www.turismoportugal.pt

¹⁸ Françoise Choay, *Pour une anthropologie de l'espace*. Paris: Seuil, 2006, p.368.

¹⁹ Cf. L. Morisset, *Plan du cours: Création et mise en valeur des sites touristiques*. Canadá: SG UQAM, 2004. Acesso em: www.patrimoine.ucas.ca/IMG/pdf/EUT_8102.pdf

²⁰ Fernanda Oliveira; Dulce Lopes; Cláudia Alves. *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana*. Coimbra: Almedina, 2011, p.9.

²¹ Ibid.

²² Cf. A. Cabrita; J. Aguiar; J. Appleton. *Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto*. Lisboa: LNEC, 1993.

²³ *Charte du Paysage Québécois*, 2000. Acesso em: www.a211.gc.ca/web/document/charte_paysage.pdf

²⁴ Cf. Licínio A. A. Cunha, *Op.cit*.

²⁵ Suzana Silva, "Reabilitação Urbana: Conceitos e Princípios", In *O Novo Regime da Reabilitação Urbana*, Coimbra: Almedina, 2010, p.10.